

emitiu oráculo, e suspendeu a presente Sessão por quinze minutos. Aberta a presente Sessão, o Senhor Presidente colocou o Projeto de Resolução nº 032/91, em nova discussão e votação. Nesta etapa foi aprovado o presente Projeto de Resolução. A seguir foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes matérias: projetos de Leis nº off/91; 078/91, 079/91, 080/91, 081/91, 082/91; 083/91; 085/91, 086/91, 087/91, 088/91; 089/91, 090/91, 091/91; 092/91, 093/91; 094/91; 095/91, 096/91, 097/91, 098/91, 099/91, 100/91; 101/91, 102/91, 103/91; 105/91, 106/91, 107/91; 108/91, 109/91; 110/91, 111/91, 112/91, 113/91, 114/91; 115/91, 116/91; 117/91, 118/91; 119/91, 120/91, 121/91, 122/91, 123/91, 124/91, 191, 126/91, 127/91, 128/91, 129/91, 130/91, 131/91, 132/91 e 133/91. Eliminado a Ordem do Dia, e não havendo mais matérias a serem discutidas, o Senhor Presidente franquiu a tribuna para Encerramento. Não havendo quem fizesse uso da tribuna, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Acta, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

~~Acta da Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991). Realizada na Sede do Caminho Verde Clube no dia 22 de outubro de 1991.~~

Nas diferentes horas do dia 22 de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Senador Cícero Silva da Rocha e com a ocupação da Câmara Secretaria pelo Senador Marcos Valério Faria de Sant'Anna, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Porto Feliz. Glico de Souza responderam a chamada nominal os seguintes Senadores: Adalton Pinho de Andrade, Cires Bessa de Engenho, Carlos Roberto Alfoqueira, Carlos Roberto Silva, Dilley Ferreira da Silva, Fábio das Santas Mendes, José Wlson Elias, Jairinho Pacheco, Rômulo Campari, Orlando do Silva Freira, Edmílson Rodrigues da Lacerda, Vilma Montura. Fazendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O segredo foi lido e aprovada a seguinte Acta: Acta da Decima Nona Sessão

O ordinário do Segundo Sessão legislativa. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor presidente informou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE**, que constava do seguinte: Projeto de lei nº 136/91 - Abertura Executiva nº 039/91. Assunto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Créditos Suplementares ao Orçamento vigente, até o limite de setecentos e doze milhões, setecentos e noventa e nove mil, setecentos e dezenove cruzados e quarenta e seis centavos; requerimento nº 225/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Soqueira. Assunto: Dispõe sobre pedido de informações ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, quanto ao Setor anteriormente utilizado como Quadro de Exportação do Poligo Municipal Juri Barbosa. Requerimento nº 226/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Soqueira. Assunto: Dispõe sobre pedido de informações ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, quanto a demolição do prédio situado no lhu Guerreiro e Souza, nº 31 - Centro; Projeto de lei nº 135/91, de autoria do Vereador Orlando da Silva Ferreira. Assunto: Denomina lhu Otávio Sales a lhu com inicio na lhu Roberto Clodomiro Guimarães de Oliveira. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos do regimento dedicado ao uso da Tribuna. Inscreto no livro de oradores, ocupou a tribuna o Vereador Walmir Rodrigues de Andrade, relatando inicialmente, o que considerava não ser uma partilha nação em Congresso de Senadores, mas sim, a oportunidade de conhecer a realidade do Nordeste brasileiro, principalmente parte do aquele nordestino. Disse que chegando em Olinda, teve o conhecimento que sua palestra havia sido marcada para a sexta feira, e, que recebeu convites de vários Senadores para palestrar juntamente com outros municípios tendo aceito o deputado. Disse que compareceu ao ato de palestras pelo Município de Gravatá, a seguir Favaris, indo até Feira de Santana, hoje Nova Friburgo. Disse que em cada Município a palestra versa sobre um assunto, tendo discorrido sobre "royalties, gols e também reclusão de crimes. Disse adiante que aprendeu muito com a sofrida população nordestina, dando o testemunho de que Cabo Frio era uma região privilegiada e que no Nordeste estava realmente a miséria do Brasil. Em seguida, disse que ao retornar, teve o conhecimento que o Prefeito havia enviado para o Poder Executivo para 1993, e disse de suas preocupações quanto a algumas de leis orçamentárias, exemplificando como fiscalização da agricultura e Meio Ambiente que em vagamento de dezenas bilhões de cruzados, nenhuma apuração houve.

trinta e sete milhões de reais, e que mais produzido havia quando tomava conhecimento que o Município de Gravatá em Pernambuco tinha orçamento de apenas cinqüenta e nove mil e oito milhões de reais, que o Município de Feira de Santana havia com população equivalente a Arcoverde, tinha orçamento de um bilhão e cem milhões de reais, e que devia também ocorrer com outros Municípios próximos a Arcoverde. Proseguindo, disse admitir que o orçamento de dezessete bilhões de reais era até modesto para o Município de Arcoverde, mas registrava na preocupação quando via a Câmara Municipal de Arcoverde ser equiparada com um bilhão e cinqüenta milhões de reais, e que tal dotação orçamentária era privilégio de poucas Câmaras no Brasil, e entendia que a questão devia ser melhor discutida, mas que apresentaria emendas ao Orçamento de 1998. Disse adianta, que uma Câmara Municipal que dispunha de uma dotação orçamentária de um bilhão, não podia diger que não tinha dinheiro para que Deputados federais representassem o Município em Congressos, entendo também que a dotação de vinte e sete milhões de reais era muito desequilibrada em suas rubricas. Proseguindo, disse que nessa data, de forma oficial comunicava que recebeu do Deputado Nelson Burnier cópia da Emenda proposta, não pelo Deputado Walmir Daccudo, mas sim pelo poder legislativo de Arcoverde, pedindo a extensão das incentivos fiscais do Fundo de Recuperacão Económica da Região Nordeste do Estado do Rio de Janeiro para a região das serras, passando a seguir o futuro do documento. Dando prosseguimento ao seu discurso, disse que na semana anterior, elaborara Projeto de lei propondo modificação quanto aos distritos do Município, substituindo a nomenclatura de 3º Distrito para 1º Sub-Distrito do 1º Distrito, e que na oportunidade havia a ponderação equilíbrio do Vereador Omar Campaço, sugerindo que fosse feito alívio da Emenda à Lei Orgânica e que fosse estabelecido que a Emenda estava quase pronta e que não deu entrada para a Pauta daquela Reunião porque ao procurar a Secretaria da Fazenda foi informado que o Funcionário Benedito da Apesar Góesnovo e não podia mais elaborar projetos o que desconfiou. Disse que procurou o Diretor Administrativo da Câmara, Senhor Sérgio Santa Cruz e que mesmo de imediato procurou esclarecer junto as funcionárias tendo sido confirmado o fato, e que assim sendo gostaria de saber se o Regimento Interno já havia mudado, se havia alguma modificação, e assim solicitava que fosse esclarecido de forma oficial, encorajando a seguir sua fala. Não havendo mais alterações, inseriu para o uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos

ao segmento dedicado a **ORDEM DO DIA**. Nesta etapa foram apresentados os seguintes matérias: Encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de lei nº 1351/91 e o Projeto de lei nº 1361/91. Remetendo Executiva nº 0391/91. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhados a Comissão de Direitos e Serviços Públicos os seguintes projetos: Projeto de lei nº 0591/91 e Projeto de lei nº 0661/91. Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Finanças, Orçamento e alienação. Encaminhados a Comissão de Edificação Final os seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 012/91, Projeto de lei nº 0461/91. Aprovados os requerimentos nº 225/91 e 226/91. Não havendo mais matérias a serem discutidas na Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para Ezequielo Beccari. Depois a tribuna para o prefeito municipal o Sr. Madsel Carlos Roberto Nogueira, falando inicialmente de queixismo de sua autoria, aprovado naquele dia, solicitando ao Executivo Municipal cópias de autos de infração quanto à demolição do prédio visto o Governo da Rua e Souza nº 31, lamentando que não pudesse ter tais documentos diretamente da Prefeitura, mas que pudera ver o teor dos documentos que claramente determinavam que o prédio tivesse suas obras suspensas por não haver licença para a construção no local e muito menos licença para a demolição. Quem poder deduzir que o prédio já era demolido com a concordância expressa do Executivo Municipal, apesar do auto de infração, tendo certeza que partiu de dentro do Executivo a autorização para a demolição, pois de outra maneira não daria para entender porque as obras continuavam se existe um auto de infração. Disse que a Prefeitura tentava com tal artifício dizer na justiça que cumprisse seu papel e que a construção já foi feita a revelia por seus proprietários. Disse adiante que a Prefeitura é que tinha poder de polícia e que se a Administração tivesse vontade política, se não fosse conveniente e subserviente a determinados empresários da Fazenda, as obras estariam realmente paralisadas. Adianta, disse que desde o dia 23 de setembro, quando deu entrada em ação na justiça pedindo indenização para o povo de Ezequielo devido à demolição do prédio de inicio do século, uma agressão ao patrimônio Municipal, as obras vigorosamente para o povo continuavam por força e por meio de seu empresário que subjugaram um Governo Municipal corrupto. Adianta, disse que agora o Prefeito empurra as mãos da imprensa com sua postura em relação a emancipação dos 2º e 3º Distritos, e que tal comportamento na

do mais era do que uma tentativa para desfazer um amarrado durante três anos e parte da Administração Municipal, principalmente com Búzios e Gamoyes, no que encerrou sua fala. Não havendo mais presidente para o uso da tribuna em Ordem de Sessão, o senhor presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavraria a presente Ata, que depois de lida, submetida à aprovação plenária, aprovada e assinada para que produza seus efeitos legais.

~~Presidente~~  
José Gómez

Ata da Segunda Plenária Reunião Ordinária do Segundo Período Regressivo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991) realizada na Sede do Gamoyo Boqueirão Clube no dia 24 de outubro de 1991.

As diligentes horas do dia 24 de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Senador Cícero Silva da Rocha e com a ocupação da primeira e segunda Secretarias, pelos Senadores Marcos Valério Portela de Sant'Anna e José Gómez Pacheco, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Pato Branco. Além desses responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Edvalton Pinto de Andrade, Giseu Bezerra de Figueiredo, Carlos Roberto Soárez, Antônio Roberto Silva, Antônio Pereira da Silva, Célia Gomes da Costa, José Oscar Elias, Odmar Campanha, Orlando da Silva Pereira, Sulpício dos Santos Silva, Walmir Rodrigues de França e Vilma Monteiro. Fazendo número regimental, o senhor presidente declarou aberto a presente Sessão em nome de Deus. E seguir foi lida e aprovada a seguinte Ata da Segunda Reunião Ordinária do Segundo Período Regressivo. Após o cumprimento do rito regimental, o senhor presidente determinou ao senhor Secretário a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Lei nº 138/91, de autoria do Vereador José Gómez Pacheco. Assunto: São dispensadas de pagamento de ingressos em eventos desportivos no Estádio Municipal os cidadãos maiores de vinte anos; Projeto de Lei nº 138/91 - Benfeitoria nº 138/91.